



TENHO UM ORIENTANDO SURDO, E AGORA? Enfrentamentos e dificuldades no processo de escrita como segunda língua.

Ritha Cordeiro de Sousa e Lima ¹
José Tiago Ferreira Belo ²

PRIMEIRAS PALAVRAS

O processo educacional de pessoas surdas é atravessado por tensões, especialmente, em torno do registro escrito em língua portuguesa. Parte disso, deve-se a presença massiva do ouvintismo no cenário educacional desse público. Entender que a língua de sinais é condição *sine qua non* de apropriação de conhecimento por parte de pessoas surdas traz reflexões sobre um currículo culturalmente situado. A partir desse princípio, desenvolvemos essa pesquisa que visa discutir os enfrentamentos vivenciados no processo de orientação de escrita acadêmica por surdos. Para tanto, partimos do seguinte questionamento: *quais as dificuldades no processo de orientação de trabalho de conclusão de curso em um contexto inclusivo?* Buscamos olhar o *corpus* analítico por meio dos Estudos Surdos por entender que essa perspectiva é a que melhor compreende as singularidades das pessoas surdas. Os resultados apontam fragilidades no processo de escrita acadêmica, sobretudo acerca de como se tem conduzido esse registro.

Palavras-chave: Escrita acadêmica, Pessoas Surdas, Educação de Surdos, Língua de Sinais, Currículo.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Professora de Libras na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Intérprete de Libras no Instituto Federal da Paraíba - IFPB; ritha.lima@ifpb.edu.br

² Mestre em Educação pela UNISINOS – RS; Professor de Libras na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, tigojfbelo@gmail.com;

INÍCIO DO PASSEIO

O processo de inclusão é atravessado por tensões, especialmente linguísticas, uma vez que a língua natural das pessoas surdas, condição *sine qua non* de aquisição do conhecimento e interação social, não é contemplada nesse contexto enquanto língua de instrução estando limitada a processo tradutórios comumente, reduzidas ao profissional Intérprete de Libras e o aluno surdo em questão. Contudo, não podemos desconsiderar que algumas pessoas surdas optam por esse cenário educacional dada a escassez de escolas bilíngues, especificamente no estado da Paraíba, onde se desenvolveu o estudo supracitado.

É salutar compreender que no processo de língua portuguesa como segunda língua, a saber, modalidade escrita, diversas nuances estão implícitas, dentre as quais, dificuldade de compreensão de leitura dada as modalidades das línguas³ envolvidas no contexto educacional de pessoas surdas, falta de compreensão da produção escrita pautada em uma segunda língua, falha no processo de aquisição de letramento desde a tenra idade.

É emergente discutir sobre a produção escrita de pessoas surdas a fim de que as concepções, tão enraizadas, sobre a obrigatoriedade do ensino de segunda língua bem como as metodologias empregadas para atingir a esse fim sejam deslocadas do paradigma tradicional de ensino para o paradigma da complexidade sob o argumento de que a diferença deve ser enxergada e contemplada enquanto condição para o processo de ensino e aprendizagem.

Diante disto, naturalmente as pessoas surdas encontram barreiras mais acentuadas na produção de gêneros escritos. A partir dessa afirmação, questionamos: Quais os enfrentamentos e dificuldades existentes no processo orientação de escrita acadêmica de uma pessoa surda? Para tal, objetivamos identificar quais as dificuldades vivenciadas por um professor ouvinte não sinalizante no processo de orientação de escrita acadêmica de uma pessoa surda.

Esperançamos fazer desse espaço uma oportunidade para trazer questões que consideramos importantes dada as tensões existentes na coexistência da Libras e da Língua Portuguesa, excessivamente em um contexto inclusivo que a metodologia ouvintista é mais aparente considerando o formato desse cenário educacional.

Quanto a isso, os dados analisados apresentam fragilidades no processo de orientação de escrita acadêmica pela falta de comunicação por parte dos envolvidos no processo em questão, ausência de conhecimento da subjetividade das pessoas surdas, e ainda, as ausências vivenciadas pelas pessoas surdas em anos anteriores ao abordado nesse trabalho.

³ A língua portuguesa essencialmente oral-auditiva e a língua de sinais, gestuo-visual (ALVES, 2020).

O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa se dedicou a investigar os enfrentamentos do processo de orientação de um aluno surdo por um professor ouvinte não sinalizante de Língua Brasileira de Sinais.

Desse modo, o estudo se desenhou enquanto qualitativo haja vista as lentes ideológicas empregadas para produção deste, a saber, nos pautamos nos Estudos Culturais e Estudos Surdos por entendermos que tais perspectivas contemplam com mais amplitude a essencialidade do ser surdo. Como instrumento metodológico utilizamos a entrevista que teve por objetivo identificar os enfrentamentos e dificuldade no processo de orientação de escrita acadêmica de um aluno surdo no contexto educacional inclusivo.

O *corpus* analítico aqui exposto é um fruto de uma entrevista semiestruturada feita com o professor participante da pesquisa ao qual será identificado como PP1, a fim de reservar os direitos éticos e assegurar o sigilo da colaboração evitando constrangimento ao participante pelas informações fornecidas. Desejamos refletir sobre as tensões que permeiam a escrita acadêmica de uma língua essencialmente oral auditiva para uma pessoa surda que, biologicamente, não recebe *inputs* auditivos, dentre tantos aspectos, para desenvolvimento linguístico.

A LÍNGUA ENQUANTO CONDIÇÃO PRIMEIRA: a importância da Libras no processo educacional de pessoas surdas

A língua sinais é a língua natural das pessoas surdas, e como tal é adquirida espontaneamente. No dizer Sánchez “a língua de sinais é uma língua humana, nem mais nem menos” (1990, p. 126). Reconhecer a suficiência desta língua no processo de educação é o caminho para (re) significar a prática docente, o currículo de modo mais amplo e pautado nos Estudos Surdos contemplando a inteireza das pessoas surdas, os métodos de avaliação e tudo que envolve o currículo educacional.

O reconhecimento da Libras como língua natural de pessoas surdas brasileiras ocorreu através da Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), entretanto a mesma legislação prevê a obrigatoriedade da língua portuguesa, na modalidade escrita, enquanto segunda língua. A maior tensão nesse quesito consiste, em suma, na consideração da escrita de pessoas surdas enquanto

segunda língua, com marcas da estrutura de sua língua natural, língua de interação, de compreensão, de existência social e modificação do mundo ao seu entorno (PERLIN, 2004). Concordamos com Karnopp e Pereira que a língua natural das pessoas surdas exerce um papel de extrema relevância na aquisição da segunda língua (2012). que esse é um entrave considerável no contexto educacional de pessoas surdas, em particular a educação inclusiva.

No que concerne a leitura e escrita, nos pautamos nos Novos Estudos dos Letramentos, mais propriamente no conceito de letramentos enquanto uso social pois defendemos que assim como não há um homogeneidade de cultura igualmente os Letramentos são heterogeneos. Desse modo, tomo as palavras de Lodi et al ao dizer que, “a aprendizagem da escrita deve ser relativizada e pensada segundo as necessidades e particularidades de cada grupo social” (2012, p. 16) pensando nas pessoas surdas, a visualidade. Ao falarmos de visualidade não nos restringimos unicamente ao uso de imagens, mas também a condição visual presente na essencialidade da língua natural das pessoas surdas. Talvez nossa última defesa se configure como um entrave considerável no contexto educacional de pessoas surdas.

A língua de sinais é aceitável enquanto língua de interação, de sociabilização, porém recebe pouco crédito no que concerne as práticas de ensino. Parte disso pode ser atribuída a ausência de um reconhecimento de registro que contemple a visualidade da língua de sinais, visto que, “ o primeiro artefato da cultura surda é a experiência visual” (STROBEL, 2008, p. 40). Assim, nossa defesa nesse estudo é a de que a visualidade das pessoas surdas enquanto processos metodológicos não deve ser apagada frente a língua majoritária. As condições primárias de desenvolvimento cognitivos devem ser mantida, e dentre estas, a língua é a de maior destaque.

OS ENFRENTAMENTOS NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO DE ESCRITA DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA: o que dizem os dados

Inicialmente, nossa pretensão com esse estudo é refletir sobre as práticas pedagógicas empreendidas na construção de textos escritos por pessoas surdas. Ressaltamos que não acreditamos na ausência da escrita de surdos e sim numa escrita contemplada no conceito de Letramentos.

Nesse sentido, corroboramos com Sánchez na afirmação de que as pessoas surdas não são alfabetizadas em português (2001). Tal argumento se sustenta pela essência do processo

de alfabetização já enfatizado em alguns trabalhos por Soares (2003) como sendo um processo grafofônico. De forma que uma pessoa, biologicamente, sem o *input* oral dificilmente conseguirá distinguir os sons, condição significativa dada a natureza da língua ser oral-auditiva.

Atentar para essa questão é essencial para olhar o processo a partir de uma perspectiva do currículo da diferença, da percepção de uma escrita enquanto letramento social e se livrar da lente que enxerga as pessoas surdas como seres de ausência. Essa discussão, é presente no excerto abaixo:

Excerto 1

“Essa foi a minha primeira orientação de um aluno surdo. O desafio maior foi a questão do aluno surdo não ter a escrita formal, isso é um fator complicado porque os trabalhos são apresentados de maneira escrita. O trabalho é um trabalho universal ele é apresentado para todos, surdos e não surdos.”

Fonte: entrevista com PP1

A orientação a qual PP1 se refere é a do gênero Trabalho de Conclusão de Curso – TCC como requisito parcial para conclusão do ensino médio técnico no Instituto Federal da Paraíba – IFPB, *locus* desse estudo.

Diante do exposto percebemos que PP1 afirma que o aluno surdo não tem a escrita formal da língua. Facilmente identificamos que ele se refere a estrutura gramatical da língua portuguesa. Assim, é fato que PP1 não considera as especificidades de uma escrita em segunda língua, a presença marcante da visualidade da língua natural no registro escrito em língua portuguesa.

Em Alves, enfatizamos que às pessoas surdas é completamente possível textualizar em língua de sinais (2020) acrescentamos que essa textualização é transposta para a língua escrita apresentando predominância na língua de compreensão, língua de sinais. Isso não significa que as pessoas surdas não tem a escrita formal, isso diz que, o leitor, que é quase sempre colaborativo, tende a fazer os processos de coesão na sua língua natural, que conseqüentemente é a língua portuguesa.

A alteridade necessita perpassar por todo o processo educacional das pessoas surdas, nortear e implementar alternativas que viabilizem a igualdade material no processo educacional. Inclusive, reservar as condições de escrita com a configuração de segunda língua.

Excerto 2

“ Essa orientação durou muito tempo, mais de um ano. Esse não é um tempo comum para orientação. Eu dava as missões pra ele mas ele não cumpria. Eu dava em média vinte dias para ele desenvolver uma determinada ação e ele passou seis meses para me entregar. [...] eu acho que o problema da surdez dele não é problema para cumprir prazos. Ele demorou cerca de 18 meses nessa produção enquanto que o prazo normal é de 6 meses. [...] Numa escala de 0 a 10 eu avalio a produção dele em 3 ou 4. Estava muito deficiente, eu já esperava que a escrita seria um problema.”

Entender o processo de produção de segunda língua para surdos implica, além de outras questões, nas dificuldades de se encaixar em um prazo de uma pessoa ouvinte pela limitação de compreensão do que se lê. Isso se deve ao fato de o aluno apresentar “dificuldades de compreender os efeitos de sentido que a organização gramatical de determinadas estruturas fornecem” (ALVES, 2020, p. 141).

Isto posto ressaltamos a importância da Libras permear o processo de escrita, quer seja como língua de significação para entendimento de leitura através de processos tradutórios quer seja como conscientização das especificidades que rodeiam essa produção que por vezes é mal compreendida ou comparar com pessoas ouvintes que não estão nas mesmas condições dos surdos. O ouvintismo que marcou/marca a educação de pessoas surdas é balizador desse processo de escrita. O movimento comparativo com produções ouvintes, as metodologias que não se distinguem entre pessoas surdas e pessoas ouvintes, a noção de capacitismo que tende a medir a produção das pessoas surdas a um nível sempre inferior é característico de um paradigma tradicional que não contempla os diferentes enquanto parte integrante do processo educacional, conforme pode ser evidenciado na fala de PP1.

Excerto 3

“ [...] creio que se for trabalhado essa escrita desde a base aqui no ensino médio pode ser amenizado. [...] eles não tem culpa, é necessário um adulto para direcionar esse processo de escrita.

A fala de PPI concentra a maior discussão sobre o ensino de português para pessoas surdas, o problema está na base. Em um movimento reflexivo, por que o problema está na fase tradicionalmente conhecida como período de alfabetização?

A resposta a essa pergunta pode ser facilmente identificada na ausência de formação de português como segunda língua para pessoas surdas. O decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) fala sobre a formação de Licenciatura em Letras Português como L2, contudo, em um recorte geográfico, no estado da Paraíba, tal formação é inexistente. Como consequência metodologias que não contemplam a visualidade surda no processo educacional são praticadas rotineiramente e o apagamento da língua se estende por todo ensino de segunda língua.

Parte disso se deve a ausência de discussões presentes em espaços formativos que viabilizem a (re) significação da práxis, incidindo em hábitos pautados na perspectiva do ouvintismo para esse ensino. Esquece-se do *para quem* é o ensino e o objetivo final do processo não é atingido, consequentemente.

Concordamos com a afirmação de Sánchez de que se as pessoas surdas estiverem imersas em um entorno de leitura é provável que tenhamos surdos leitores e escritores com mais facilidade (2001). Para tal, se faz necessário surdos leitores ou professores bilíngues construindo esse espaço para as crianças surdas. Acima de tudo, o entendimento de que essa escrita é uma segunda língua fundamentada em uma língua gramaticalmente visual e esse fato impacta diretamente na produção de surdos.

FIM DO PASSEIO

De maneira sucinta, as discussões contidas nessa pesquisa buscou contribuir com as reflexões já existentes sobre as dificuldade no registro de português como segunda língua por pessoas surdas. Aqui, objetivamos trazer os enfrentamentos de um professor ouvinte não



sinalizante para deslocar a visão da pessoa surda e tentar identificar a visão que orienta essa produção tão singular.

Com esse movimento chegamos a duas conclusões. Em primeiro lugar, a falta de conhecimento da língua natural das pessoas surdas contribui para concepções errôneas do registro em segunda língua, dentre elas destacamos, a) desconhecimento das marcas visuais presentes na escrita de pessoas surdas; b) afirmação de que a pessoa surda não tem a escrita da língua portuguesa; c) ausência de metodologias que auxiliem/impulsionem a produção de pessoas surdas.

Segundamente, a emergência da implantação de um currículo da diferença na educação inclusiva, um que vez que o currículo tradicionalista não contempla as subjetividades, línguas, culturas tão presentes nesse espaço fluído, diverso que é o contexto educacional.

Ademais, não pretendemos defender a ausência do registro escrito por parte das pessoas surdas, mas sim que esse registro receba a consideração devida das marcas da língua natural no processo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Edneia de Oliveira. **Português como segunda língua para surdos**: iniciando uma conversa. João Pessoa: Ideia, 202.
- BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Institui sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.
- BRASIL, Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 1 de dezembro de 2022.
- KARNOPP, Lodenir Becker; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Concepções de leitura e de escrita na educação de surdos. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; DORZIAT, Ana Barbosa de Mélo; FERNANDES, Eulalia. (orgs) **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 125-133.
- PERLIN, Gládis. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (orgs.). **A INVENÇÃO DA SURDEZ**: cultura, alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 77-82.
- LODI, Ana Cláudia Balieiro; Harrison, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina leite de. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades do contexto educacional. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; DORZIAT, Ana Barbosa de Mélo; FERNANDES, Eulalia (orgs). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 11-24.
- SÁNCHEZ, Carlos Manuel García. Los sordos, la alfabetización y la lectura: sugerencias para la desmitificación del tema. In: **Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos**. Santiago de Chile, julho de 2001.
- SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. Poços de Caldas, MG, 2003
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.